

A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA PAULISTA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920: permanências e deslocamentos no ideário do ensino intuitivo

Aparecida Rodrigues Silva Duarte ¹

RESUMO

Este estudo expõe resultados iniciais sobre a instrução primária do estado de São Paulo, nos anos iniciais da década de 1920, quando o método intuitivo sofre significativa mudança de interpretação e surgem deslocamentos operados no ideário da pedagogia intuitiva. Nesse período, ocorre uma reforma da instrução pública nesse estado, idealizada por Sampaio Dória que pretendia combater o analfabetismo e difundir um novo modelo de organização do sistema escolar. As principais fontes utilizadas neste estudo são os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921, 1922 e 1923 os quais apresentam vestígios desses deslocamentos. Os documentos revelam que embora os reformadores permanecessem fiéis à adoção do método intuitivo, há indícios de incorporação de elementos característicos do futuro movimento escolanovista no Brasil.

Palavras-chave: Instrução Primária; Anuário de Ensino; Ensino Intuitivo.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Escutar os mortos com os olhos foi a expressão utilizada por Chartier (2014) para chamar a atenção dos historiadores sobre os vestígios contidos em documentos antigos, aqueles que deixam registradas as palavras dos mortos para recordar feitos ou relatos de vida. Somente a leitura desses escritos não significa “escutar os mortos com os olhos”. O historiador deve decifrar os significados construídos pelas várias formas em que esses impressos estão inscritos, ou seja, sob formas impressas diferentes podem ser “diversamente apreendidos, manipulados, compreendidos” (1991). Procura desconstruir a ideia de que só existe um modo de ler possível, suscitando um mesmo significado.

Esforçando-se para escutar os mortos com os olhos, este estudo intenta verificar os novos significados que emergem do ideário da pedagogia intuitiva no início da década

¹ Docente da Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN, Campus Maria Cândida. E-mail: aparecida.duarte6@gmail.com.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

2

de 1920, época de transição em que urgia por em prática um projeto liberal capaz de recompor o regime republicano. Os pensadores republicanos apontavam as ineficiências institucionais, incapazes de fortalecer e modernizar a sociedade brasileira percebendo o Brasil como atrasado, inculto, conservador e oligárquico. A instrução pública era vista como alternativa adequada para inserir o povo na política e na república. O indivíduo educado era “capaz de combater a tirania, o obscurantismo e apreciar com isenção de espírito os atributos da sociedade racional” (MONARCA, 1989, p. 44).

Trata-se de época em que o padrão cívico-patriota se mistura com as ideias renovadoras, e nesse cenário se introduzem, quando muito, elementos secundários, auxiliares em tempos de reconstrução nacional,

Proclamada a República, aboliram-se os privilégios de classe, cor, raça, religião etc. através dos direitos civis e jurídicos, surgia o cidadão da República o *citoyen*. Como regime igualitário em sua essência o novo regime acabou por provocar angústias no pensamento culto, obrigando-o a repensar a organização social, para buscar formas de inserir o povo na política e manter a estabilidade social [Grifos do autor].

(MONARCA, 1989, p.56).

No início da década de 1920, foram realizadas significativas mudanças no sistema educacional em São Paulo, consideradas necessárias para instaurar um estado moderno, que respondesse às reivindicações sociais.

Para Fernando de Azevedo,

O primeiro sinal de alarme que nos colocou francamente no caminho da renovação escolar foi a reforma empreendida em 1920 por Antonio Sampaio Dória que, chamado a dirigir a instrução pública em São Paulo, conduziu uma campanha contra velhos métodos de ensino, vibrando golpes tão vigorosamente aplicados à frente constituída pelos tradicionalistas que panos inteiros do muro da antiga escola deveriam desmoronar.

(AZEVEDO apud CARVALHO, 2010, p. 19).

A reforma paulista instituída por Antonio Sampaio Doria e efetivada na Lei 1750 de dezembro de 1920², tinha como uma das principais metas o combate ao analfabetismo, que na época grassava o estado de São Paulo, estando na ordem de 77% em 1920, de acordo com Sizenando Rocha Leite, delegado de ensino do estado de São Paulo, da 11^a

² A Reforma Sampaio Dória foi revogada em 1925.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

3

Região (ANUÁRIO, 1923). A alfabetização se mostrava como questão primordial brasileira e os imigrantes, passam a ser vistos como ameaça para o desenvolvimento do país, havendo urgente necessidade de homogeneizar a nação. “Além do combate ao analfabetismo, reagia-se ao surgimento de outros tipos de escola na sociedade paulista, tais como escolas privadas estrangeiras, escolas ligadas ao movimento anarquista e a entidades de cultura negra” (CAVALIERE, 2003,p. 33).

A primeira medida tomada por Dória foi a realização de um recenseamento escolar, que serviu como suporte para a padronização escolar, para tomada de providências para melhor aproveitamento de recursos e organização do sistema educacional.

Para promover a uniformização do ensino primário, a Reforma reduziu o curso primário de quatro para dois anos, obrigatório e gratuito para crianças entre 9 e 10 anos; instituiu o ensino médio de dois anos; o ensino complementar de três anos; o ensino secundário (ginásios e escolas normais); o ensino profissional e o ensino superior, como forma de ampliar o número de vagas nas escolas e combater o analfabetismo.

Diante desse cenário, este artigo apresenta um estudo, ainda em fase preliminar, que intenta analisar deslocamentos operados no ideário da pedagogia intuitiva durante a reforma da instrução pública de 1920, utilizando como fontes Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1920-1921, 1922 e 1923. Os discursos expressos nos anuários de ensino do Estado de São Paulo³ informam sobre a educação naquele estado sob o viés da administração pública, contendo prescrições legais e recomendações necessárias para a obtenção de um ensino homogêneo. Embora somente apresentem a versão da administração, permitem traçar um quadro do ensino paulista, ao indicarem as ideias das autoridades paulistas no âmbito da instrução pública, revelando suas representações⁴ acerca de tornar a instrução pública uniforme e integrada.

Os anuários de ensino da década de 1920 constituíam-se de relatórios elaborados pela Diretoria Geral da Instrução Pública e apresentados ao Secretário do Interior, com a devida autorização do governo do Estado de São Paulo. Essa autorização, que vem

³ Publicados pela primeira vez em 1908, os anuários foram publicados, num total de 15 publicações, até 1925, voltando a ser publicados em 1935/1936 e 1936/1937.

⁴ Para Chartier “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (1990, p.17).

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

4

expressa na primeira página dos anuários analisados, revela a submissão da instrução pública à administração paulista.

OS ANUÁRIOS DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1920-1923)

O Anuário de 1920-1921, contém um relatório apresentado por Guilherme Kuhlmann⁵, Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo ao Secretário do Interior. No relatório, Kuhlmann exhibe dados estatísticos sobre a reforma em curso. Exhibe ainda a publicação do decreto n. 3.356, de 31 de maio de 1921, o qual regulamenta a lei n. 1.750, de 8 de dezembro de 1920 e que trata da reforma da instrução pública do estado de São Paulo. Segundo esse decreto, em seu artigo 23, competia ao diretor da instrução pública reunir semestralmente, delegados regionais, diretores das escolas normais e profissionais e dos ginásios, para estudar questões referentes ao ensino público.

Assim, a última parte do Anuário é dedicada às conclusões e memoriais apresentados nas reuniões do Conselho de Educação, realizadas na cidade de São Paulo nos dias 20 a 25 de julho de 1921, em conformidade com o artigo 23 do decreto n. 3.356, de 1921. Coube ao senhor Guilherme Kuhlmann inaugurar a reunião do Conselho, incitando os participantes a terem firmeza e coesão, já que estavam passando por um período de transição.

A primeira comissão dedicou-se a responder a questão “Como tornar o ensino primário mais eficiente?” e leva a assinatura de Romano Antenor Barreto, às p. 278-288. A constatação de que o ensino primário naquele momento não era eficiente, animou a Comissão a proceder uma investigação nos grupos escolares paulistas. Segundo o relator, podia-se confiar na eficiência dos grupos escolares e das escolas reunidas, “ponto de partida de todas as carreiras, de todos os caminhos que levam os homens à vida plena, com a segurança da vitória” (p. 280). Preocupava-o, no entanto, o andamento das escolas isoladas. O professor, depois de um ano lecionando nas escolas isoladas, tinha o direito de pedir remoção para uma escola mais próxima da cidade, com um melhor ordenado. Essa situação fazia com que as escolas isoladas tivessem professores em trânsito. A

⁵ Guilherme Kuhlmann, auxiliar de Sampaio Doria, o substituiu e implantou a Reforma de 1920, de autoria de Doria. Com sua posse, ocorreu o rompimento entre os dois. Sampaio Doria comenta sobre esse rompimento em seu livro, “Questões de Ensino”, publicado em 1923 (SOUTO, 2003).

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

5

recomendação dada pelo relator era de que se igualassem os vencimentos de todos os professores das escolas isoladas do estado. Reivindicava ainda melhores condições físicas para as escolas, em termos de instalações e de materiais educativos. Segundo o relator, além da missão de alfabetizar, o professor deveria ser dotado de noções de psicologia das pessoas que residiam na zona rural, durante seus estudos nas escolas normais, de modo a conhecer as particularidades da região.

O relator defendeu ainda a necessidade de promover encontros regulares de professores das escolas isoladas, com o intuito de ler e comentar preceitos legais e pedagógicos necessários para o bom andamento da escola: “Só assim o educador poderá desempenhar o seu mister em cada célula de homens do organismo social. Para os novos ele será o ponto de convergência de todas as atenções, de todo interesse, como o será para os velhos do prestígio a que fizer justiça” (p. 287).

No item intitulado “Tese IV – Sugestões para uniformização dos processos de ensino de leitura e aritmética” a comissão encarregada daquela tese afirmou que não era possível uniformizar os processos de ensino, no máximo, poder-se-ia uniformizar os métodos. Essa falta de uniformidade teria origem, dentre outras, na diversidade de orientações dadas à pedagogia e nas práticas pedagógicas adotadas nas escolas normais e na diversidade de cartilhas adotadas nas escolas.

A tese VI foi assinada por Renato Jardim. Dentre os assuntos tratados, discorreu sobre o ensino da Psicologia nas escolas normais. A tese defendida era a de que não se devia dar atenção à psicologia metafísica, aquela dedicada à natureza do espírito e às faculdades da alma. Ao contrário, as escolas normais deveriam proceder ao estudo da psicologia aplicada à educação, especialmente à da criança.

Parece que em qualquer lição e psicologia o ponto de partida deveria ser uma observação direta do aluno de um fato de consciência que o professor provocaria, e que a lição deveria constituir da palestra a respeito entre o professor e a classe. Substituir esta lição via pela reprodução de longos enunciados de um compêndio, utilizar-se para dar conhecimento de um fenômeno de consciência, de definições, de fórmulas feitas, de determinada explanação encontrada pelo aluno em um livro, como se, se tratasse de alguma coisa só possível de conhecer através de alheia notícia, parece uma aberração. Pelo menos, a ordem de desenvolvimento do curso não deverá ser – pensamos – a ordem regressiva, comumente seguida. O estudo dos fatos dos mais simples aos mais complexos e a inferência por indução das suas causas e das leis que a eles presidem, sem a preocupação obsedante da ordem lógica dos assuntos, é o que nos parece convir.

[...]No que se refere à experimentação com o auxílio de aparelhos, à psicologia de laboratório, o conhecimento do aluno deve ser colhido diretamente, fazendo ele ou pelo menos vendo fazer as experimentações. A par disso evitar-se o verbalismo inútil, as fórmulas complicadas e abstratas com que se dividem os assuntos do programa, expressos e luxuosos títulos e subtítulos, e sobretudo, fazer reportar-se cada lição feita, cada fato estudado, à sua aplicabilidade à educação.

(JARDIM apud SÃO PAULO, 1921, p.350-351).

Cabe lembrar que, segundo entendimento de Carvalho (2000) a instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexo à Escola Normal da capital paulista, em 1914, talvez tenha sido a mais ambiciosa iniciativa de implantação de práticas tidas como científicas no campo da pedagogia. Posteriormente, essas práticas irão dar ensejo à pedagogia científica, uma forma de pensar a educação e conduzir os ensinamentos no âmbito do escolanovismo, justificado por elementos da psicologia experimental e pela aferição estatística (VALENTE, 2014).

Para o ensino da Pedagogia, Renato Jardim considerou que, “talvez a compreensão inteligente de parte do aluno dos preceitos de Pestalozzi ou dos de Spencer ou das lições de Calkins⁶, como único fruto de um curso de pedagogia, seja mais proveitoso que todo o emaranhado de teorias sobre educação e sobre métodos ordinariamente ministrado nos nossos cursos” (SÃO PAULO, 1921, p.351).

Recomendava-se, pois, a prática do ensino intuitivo, o qual permitia aos alunos ver, sentir e observar objetos, utilizando-se de variados materiais didáticos os quais incluíam maior quantidade de figuras, desenhos e cores. Opunha-se à memorização recorrendo ao uso dos sentidos para ascender ao conhecimento, partindo do concreto para o abstrato, pelo cultivo da observação, de modo que sua aplicação ficou conhecida pelo ensino como “lições de coisas”.

Entretanto, já se verifica na recomendação da Comissão da tese VI uma centelha de transição e efetivação da modernidade ao enfatizar o método científico de observação, e por meio de experimentações, alcançar a teoria.

⁶ Em 1881, Rui Barbosa, a par das ideias pedagógicas advindas dos Estados Unidos, traduziu e adaptou o manual para professores *Primary object lessons for training the senses and developing the faculties of children*, de autoria de Norman Allison Calkins, obra de grande aceitação nos meios educacionais norte-americanos, a partir das ideias de Pestalozzi, sob o título *Primeiras lições de coisas*, publicada no Brasil em 1886.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

7

O anuário de 1922 também publicado e organizado pela Diretoria geral da instrução pública, apresenta, igualmente, um relatório assinado por Guilherme Kuhlmann, Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo ao Secretário do Interior, Sr. Alarico Silveira.

Em suas considerações iniciais Kuhlmann enfatiza que

Há, presentemente, por parte de todos um vivo entusiasmo pelas coisas do ensino. Notamos, com satisfação, que a grande classe dos professores se ergue pelo trabalho e para o trabalho, evidenciando ante o juízo público, o seu valor e o papel patriótico que lhe cabe no progresso do país, no engrandecimento do povo e na soberania nacional. O interesse pelo ensino, sincero e leal, nobre e devotado é o que ora ativa as esperanças dos que veem na preparação eficiente das gerações vindouras, – a sagração definitiva dos ideais pátrios.

(SÃO PAULO, 1922, p. 5).

Kuhlmann (SÃO PAULO, 1922) recomendava para uso dos professores os seguintes livros didáticos: Para a Aritmética, utilizar os livros de Trajano, Olavo Freire, FTD ou Martins. Para Geometria, a obra de Olavo Freire. Para problemas aritméticos, as recomendações foram as seguintes; Cadernos de autoria de Ramon Roca Dordal, Cadernos da Escola Americana de São Paulo, Guia do Raciocínio de autoria de Francisco Antunes e Arithmetica elementar de autoria de Büchler (1º ano primário)⁷.

Os livros didáticos que o então Diretor Geral fez menção são fundamentados em uma abordagem intuitiva, como atestam análises dessas obras encontradas em investigações acadêmicas de autoria de Costa (2010), Oliveira (2013) e Leme da Silva (2014), para citar alguns pesquisadores.

Nas “Observações Gerais” para o curso primário, 1º ano, na matéria Números, esta se encontra dividida por secções: A, para cálculos até 100; B, para cálculos até 1000 e, C e D, para cálculos até 10.000. As outras matérias também foram divididas em secções, para classes com número maior do que 24 alunos, de modo que:

A divisão em secção A, secção B, secção C e secção D tem por fim facilitar o exercício das aulas. No começo do ano todas elas têm adiantamento de secção A, e no fim todas devem ter adiantamento de secção D, embora continuem a ser chamadas secções A, B, C, e D.

⁷ Os livros mencionados pelo Diretor Geral a saber: Trajano, Olavo Freire, Dordal, Buchler, são livros didáticos fundamentados na abordagem intuitiva e estão disponíveis no endereço <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1772>.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

8

Entretanto tais denominações ainda exprimirão o grau de desenvolvimento de cada uma das secções, isto é, a secção D conterà alunos ótimos e a secção A os alunos mais fracos, apesar de já terem vencido todos os passos e estarem nas condições do art. 195 § 1º do regulamento em vigor⁸.

(SÃO PAULO, 1922, p. 163).

No final do ano, os alunos que tiverem realizado com sucesso os exercícios propostos na secção B poderão ser promovidos para o 2º ano. No início do ano, todos os alunos deveriam fazer os exercícios da secção A e aos poucos as outras secções se formariam e cada uma delas fariam os exercícios propostos nas respectivas secções. No final do ano, todas as secções deveriam fazer os exercícios da secção C ou D. Ainda:

O professor do 2º ano primário iniciará seus trabalhos considerando os seus alunos como secção C, passando em revista os trabalhos desta secção, para depois entrar no programa do 2º ano. Poderá ocupar este trabalho de 1 a 2 meses, no máximo, segundo o estado geral da classe.[...] A classe do 2º ano, ainda que constitua uma classe única, pode e deve ser considerada em três secções – A, B, C – sendo a 1ª formada com os alunos mais fracos, a 2ª com alunos médios e a 3ª, com os alunos mais adiantados. O ensino será graduado pelo adiantamento dos alunos médios, e será levado a efeito com relativa lentidão necessária para que os alunos mais atrasados possam aproveitar.

(SÃO PAULO, 1922, p. 164-165).

Tratava-se, portanto, de dividir a classe em quatro partes, dependendo da classificação alcançada pelos alunos na resolução dos problemas de cada secção. Considera-se, assim, que havia uma preocupação técnico-pedagógica nas recomendações expressas nas “Observações Gerais”, buscando-se a homogeneidade da classe. Esse método garantiria, segundo os reformadores, a alfabetização em massa das crianças na faixa etária entre 9 e 10 anos, num período de dois anos, com duas horas e meia de aula por dia. Garantida assim estaria a uniformização do ensino primário

O Anuário de 1923 também foi organizado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, e leva a assinatura de Guilherme Kuhlmann, então Diretor Geral. Em entrevista à Revista Nacional, n. 10 de outubro de 1923 e publicada no Anuário de 1923, com o título

⁸ Trata-se do Decreto n.3356, de 31 maio de 1921. **Artigo 195.** - Terão os professores de escola isolada direito a uma gratificação annual de 5\$000 por alumno que alfabetizarem. § 1.º - Considera-se alfabetizado o alumno que souber ler, escrever e contar. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157181>.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

9

“O ensino em São Paulo”, Kuhlmann se pronunciou acerca do ensino antes da Reforma de 1920:

O que se data até 1920, não era democrático, não estava de acordo com os ideais republicanos, nem consultava os altos interesses do Estado. Ao preclaro presidente de São Paulo, quando da apresentação de sua candidatura, não escapou a necessidade inadiável da solução imediata do problema. À sua visão extraordinária de administrador a questão se apresentou nítida e precisa (p.16).

(SÃO PAULO, 1923, p. 16).

E conclui, afirmando que o desenvolvimento da instrução pública de São Paulo acompanhava a expansão do sistema educacional. Entretanto, segundo Cavaliere, “A reforma vigorou de março de 1921 a dezembro de 1925. Seu resultado negativo mais evidente foi o enfraquecimento dos grupos escolares, que eram consideradas as melhores organizações do sistema e que tiveram reduzido seu número de classes e de alunos” (2003, p. 37).

Naquele mesmo Anuário, com o título “Ensino primário – Os programas de ensino de S. Paulo e a idade escolar”, Romano Barreto discorreu sobre a diminuição do tempo escolar, que passou de 4 para 2 anos, apresentando resposta ao seguinte questionamento “Por que as crianças de 7 e 8 anos não podem, agora, ser matriculadas nas escolas públicas?”, quando assim justifica:

Alves dos Santos, da Universidade de Coimbra, na anatomia e fisiologia infantis estabelece para a adolescência, período que vai dos 8 aos 12 anos, a fixação e expansão da personalidade, a sociabilidade e desenvolvimento da vontade, interesses morais e estéticos.

Uma passagem de olhos pela escala das características essenciais que ele apresenta na sua “Educação Nova”, assim como nas escalas de inteligência de Binet e da instrução de Vaney, faz-nos perceber claramente que as idades de 9 e 10 anos marcam bem a transição da inteligência passiva para a ativa, período em que se prepara o espírito para as iniciativas.

Transportemo-nos, de aqui, para os programas de ensino adotados antes e depois da Reforma. E com isso provaremos não ter havido nenhum esfacelamento no aparelho escolar paulista, tendo-se dado, apenas uma aparente diminuição em qualidade e um verdadeiro aumento em quantidade, sem com isso fazer condenações. Na educação popular, como em tudo, há degraus a subir para a perfeição – e a altura de um ponto não nos faz esquecer dos degraus por que passamos.

(SÃO PAULO, 1923, p. 64-65).

A obrigatoriedade escolar somente para alunos de 9 a 10 anos implicou na exclusão da escola de crianças de 7 a 8 anos. Esse fato levou Sampaio Dória a pedir demissão em

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

10

1921. Para Cavalieri (2003), embora os reformadores estivessem preocupados com a qualidade do ensino ministrada, o que se verificou com a redução do tempo do ensino primário foi a perda da qualidade existente nos grupos escolares.

A reforma de 1920, consubstanciada no decreto 3356 de 1921, assinala a adoção do método intuitivo como base para o ensino primário paulista. No entanto, em conformidade com Carvalho (2000), a reforma adota o “método de intuição analítica”, uma nova interpretação que trazia como fundamento a urgência em alfabetizar a população. Essa nova interpretação do método intuitivo tinha como base a urgência em alfabetizar, trazendo fragmentos das futuras ideias escolanovistas que, mais tarde, seriam defendidas pela autoridades educacionais brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se constatou ao longo deste estudo, embora a Reforma de 1920 tenha efetivamente reestruturado o ensino primário paulista, no que se refere às práticas de ensino recomendadas pelas autoridades públicas educacionais, em sua essência, permaneceram fiéis ao ideário da pedagogia intuitiva. Com efeito, os livros didáticos recomendados para uso dos professores tinham em sua base uma abordagem intuitiva.

Para justificar as medidas adotadas no que tange à redução do curso primário de 4 para dois anos e a necessidade de alfabetizar a população, foi sugerido o estudo da psicologia aplicada à educação fazendo uso da experimentação em laboratório, para os professores da Escola Normal. Ademais, a reforma de 1920 adotou o “método de intuição analítica”, que trazia traços que podem ser associados às futuras ideias defendidas pelos reformadores escolanovistas brasileiros.

REFERÊNCIAS

CALKINS, Norman Allison. **Primeiras lições de coisas**. Manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Traduzido e adaptado por Ruy Barbosa. 40 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em : <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>>. Acesso em 13 ago. 2015.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

11

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Sampaio Dória**. Recife: Massangana, 2010. Disponível em < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4716.pdf> >. Acesso em 10 fev. 2016.

CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a03v29n1.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2016.

COSTA, David A. **A aritmética escolar no ensino primário brasileiro: 1890 – 1946**. (Tese de doutoramento em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2014.

SILVA, Maria Célia Leme da. Desenho e geometria na escola primária: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa. **Hist. Educ.**, Santa Maria, v. 18, n. 42, p. 61-73, Apr. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison de. **Antônio Bandeira Trajano e o método intuitivo para o ensino de arithmetica (1879-1954)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Aracaju/SE. 2013.

SÃO PAULO. Decreto n.3356, 31 maio. 1921. Regulamenta a lei n.1750, 8 dez. 1920, que reforma a instrução pública. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157181> Acesso em 15 fev. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1920-1921)**. Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrução Publica por ordem do Governo do Estado, São Paulo, 1921. Disponível em < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital>. Acesso em 10 fev. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1922)**. Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrução Publica por ordem do Governo do Estado, São Paulo, 1922. Disponível em < http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital>. Acesso em 10 fev. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Anuario do ensino do estado de São Paulo (1923)**. Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrução Publica por ordem do Governo do Estado, São Paulo, 1923. Disponível em <

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

12

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital>. Acesso em 10 fev. 2016.

SÃO PAULO. Lei n.1750, 8 dez. 1920. Reforma a instrução pública do estado. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/157179>>. Acesso em 15 fev. 2016.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A Pedagogia Científica e os Programas de Ensino de Matemática para o Curso Primário: uma análise dos documentos do repositório de conteúdo digital, 1930-1950. XI Seminário Temático A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em <seminariotematico.ufsc.br/files/2014/03/ATB4_VALENTE_art_DAC.pdf>. Acesso em 12 fev. 2016.